

O Grupo de Trabalho (GT) reúne representantes de diversos órgãos e unidades da Universidade, e tem como objetivo discutir formas de aprimoramento das boas práticas de convivência nos campi da Unicamp.

Todos os casos de denúncia envolvendo assédio, independentemente de sua natureza, são objeto de processo administrativo interno, obedecendo rigorosamente os trâmites institucionais, com acolhimento, transparência, cumprimento da legislação e amplo direito ao contraditório.

No caso do servidor citado nominalmente em dos pontos enviados pela reportagem, cabe ressaltar que, no âmbito de processos e sindicâncias internos, a identidade dos envolvidos é resguardada pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGDP), assegurando, assim, sigilo acerca do andamento dos trâmites.

Os dados mencionados na matéria sobre assédio sexual têm relação direta com a ampliação do número de atendimentos e dos canais de interação com a comunidade. A Unicamp conta com uma Diretoria Executiva de Direitos Humanos encarregada de construir e gerenciar as iniciativas de combate a várias formas de discriminação e violência e de promoção da equidade e inclusão. Um grande investimento tem sido feito, especialmente na última década, em contratação, capacitação e aparelhamento, assim como na formulação e implementação de políticas internas.

O cuidado em tratar adequadamente os diferentes tipos de violência levou à criação de comissões assessoras (Gênero e Sexualidade, Acessibilidade, Diversidade Étnico-Racial, Povos Indígenas, Justiça Ambiental, além de um Observatório de Direitos Humanos), encarregadas de lidar com questões específicas que afetam diferentes segmentos da Universidade. Além disso, conta com uma Ouvidoria, uma Câmara de Mediação e com um Serviço de Atenção à Violência Sexual, já totalmente implantados e atuando de maneira articulada nos casos de violência.

A Comissão Assessora de Gênero e Sexualidade da Diretoria Executiva de Direitos Humanos é responsável pela política para enfrentamento à violência e à discriminação baseada em gênero e sexualidade e pelo Serviço de Atenção à Violência Sexual (SAVS). Essa política é regida pela Resolução GR-086/2020, de 07/08/2020.

O acolhimento dos casos é centralizado, mas o apoio multiprofissional é feito de modo descentralizado, em serviços de saúde, saúde mental, pedagógicos e outros já oferecidos à nossa comunidade. O SAVS é a porta de entrada para uma robusta rede de serviços consolidados, que foram preparados para receber tais demandas. Iniciativas de educação e comunicação estão em andamento e sendo continuamente aperfeiçoadas.

É notável o crescimento do número de atendimentos, queixas e denúncias, que atinge seu ápice em 2023. Nossa avaliação é de que o SAVS se consolidou enquanto serviço à comunidade naquele ano, pois após sua criação, atravessamos dois anos de distanciamento social (2020 e 2021), o que reduziu a interação direta na instituição. É na retomada do trabalho, estudo e pesquisa presencial em massa, em março de 2022, que o serviço constrói uma relação mais efetiva com a comunidade. É neste ano, também, que são planejados os Espaços de Acolhimento na Unicamp, que iniciam sua operação intensiva em 2023. Espaços de

Acolhimento integram a rede iniciada pela Câmara de Mediação e Ações Colaborativas e atualmente estão presentes em 20 dos 23 institutos e faculdades da Unicamp. Eles recebem e direcionam demandas locais para os diversos serviços oferecidos pela universidade, inclusive para o SAVS.

A avaliação da Comissão de Gênero e Sexualidade e da Diretoria Executiva de Direitos Humanos é a de que o número de atendimentos do SAVS cresce porque ele se consolida mediante a rede de redirecionamento interna da Instituição, o fortalecimento da divulgação da política institucional pelas ações formativas, e pela confiança da comunidade que se difunde mediante à qualidade do atendimento oferecido pela assistência social do SAVS.

A política de enfrentamento à violência sexual e às discriminações de gênero e sexualidade da Unicamp é referência para a formulação de ações e políticas em outras Instituições de Ensino Superior no país. As iniciativas em curso na Diretoria Executiva de Direitos Humanos — em articulação com sua Comissão Assessora de Gênero e Sexualidade, com o Serviço de Atenção à Violência Sexual — e grupos de trabalho conduzidos pela Reitoria visam ao aprimoramento contínuo dessa política e à superação dos desafios ainda existentes. A Universidade reitera, assim, o compromisso institucional com a prevenção, o cuidado e a responsabilização, bem como com a promoção de ambientes acadêmicos seguros e respeitosos.